

TRANSIÇÃO JUSTA NAS FINANÇAS NO BRASIL



Organização
Internacional
do Trabalho

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DA
FAZENDA

Título da parte

PREFÁCIO

Autor/a/os/as

Rafael Dubeux

DOI

<http://dx.doi.org/10.38116/9786556351025-pref2>

Título do livro

TRANSIÇÃO JUSTA NAS FINANÇAS NO BRASIL

Organizadores/as

Gustavo Alves Luedemann
Cristina Fróes de Borja Reis

Cidade

Brasília

Editora

Instituto de Pesquisa Econômica
Aplicada (Ipea)

Ano

2026

ISBN

978-65-5635-102-5

DOI

<http://dx.doi.org/10.38116/9786556351025>

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2026

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

PREFÁCIO

Rafael Dubeux¹

O Brasil está diante de uma oportunidade singular: mesmo figurando entre os grandes produtores de petróleo do planeta, é também a grande economia com maior parcela de eletricidade proveniente de fontes renováveis, constitui um dos maiores produtores de biocombustíveis do planeta e possui algumas das principais reservas mundiais de minerais estratégicos para a transição energética.

Por isso, embora no curto prazo tenha o relativo conforto de não depender tanto de importação de combustíveis fósseis, não pode e não deve se acomodar e deixar de explorar suas evidentes potencialidades para uma economia em ascensão de baixo carbono. Seja por razões climáticas, seja por razões econômicas, seja ainda por razões de segurança nacional, em qualquer cenário o Brasil precisa lidar com essa janela de oportunidade para desenvolver esses segmentos econômicos portadores de futuro.

Construir esse futuro próspero e sustentável, porém, implicará inevitáveis impactos econômicos. A composição e a distribuição da receita pública tendem a passar por alterações significativas, dadas as diferenças territoriais em que essas atividades se desenvolvem e as distintas estruturas tributárias desses setores. A força de trabalho nacional precisará se requalificar para enfrentar os desafios das áreas emergentes e para lidar com o impacto da transformação digital. Encadeamentos produtivos complexos precisarão ser redesenhados, com setores inteiros perdendo relevância à medida que outros emergem. A relação do país com parceiros internacionais naturalmente será redesenhada a partir da geopolítica própria das novas estruturas de produção. Por fim, impactos físicos da mudança do clima lamentavelmente tendem a aumentar desastres naturais, como enchentes e secas, além de acarretar efeitos na produção agrícola, na geração de energia hidrelétrica e na difusão de vetores de doenças.

Transitar para uma economia de baixo carbono não é um processo trivial. É certo que o cenário de referência (*business as usual*) seria catastrófico para o planeta e para a própria dinâmica econômica. Mas isso não significa que a mudança do paradigma econômico seja indolor ou que seus impactos estejam equitativamente distribuídos. Nessa linha, convém ter claro que, ao se falar em transformação ecológica, é preciso não apenas harmonizar a relação da atividade econômica com os limites planetários, como também assegurar que os efeitos distributivos desse processo sejam levados em conta para produzir um cenário de prosperidade justa. Fazer a transição sem levar em conta a justiça climática não é politicamente viável nem moralmente aceitável.

Este livro é resultado do esforço coletivo muito bem-sucedido de organizar reflexões sobre esse tema a partir de debates com profissionais altamente qualificados. Ele foi produzido no contexto da parceria entre o Ministério da Fazenda, o Banco Central do Brasil e a agência de cooperação alemã (que todos conhecem pela sigla GIZ). Inúmeros encontros e debates foram realizados tendo em conta, em particular, o recorte das finanças sustentáveis. Afinal, uma das principais ferramentas de que dispõem os governos para modificar os padrões de atividade econômica são os incentivos e desincentivos possibilitados pelas regras financeiras. Se quisermos reorientar o modelo de desenvolvimento para um padrão mais sustentável e justo, esses são alguns dos mais efetivos “botões” da máquina que podem ser apertados para recalibrar o funcionamento da engrenagem econômica.

O debate tomou lugar no contexto da implantação do Plano de Transformação Ecológica do governo federal. Desde a posse do presidente Lula, em 2023, sob a liderança do ex-ministro Fernando Haddad e, depois, do ministro Dario Durigan, uma série de medidas vêm sendo adotadas pelo Brasil para impulsionar um novo paradigma de crescimento econômico. Em essência, busca-se superar o modelo histórico de aumento do Produto Interno Bruto (PIB) com base na exportação de produtos primários sem agregação de valor, com alto impacto ambiental e concentrador de renda. Em lugar disso, as finanças brasileiras vêm sendo reorientadas para fomentar inovação tecnológica, relação harmoniosa com o meio ambiente e distribuição justa da renda.

Para viabilizar essas ambições, foram aprovadas novas legislações, como o mercado regulado de carbono, a lei de hidrogênio de baixo carbono, a lei de eólicas no mar, a lei de combustíveis do futuro e o programa de mobilidade verde e inovação (Mover). A isso se somaram as emissões de títulos sustentáveis, o robustecimento do Fundo Cli-

¹ Assessor Especial do Ministro de Estado da Fazenda

ma, o programa EcoInvest, a Taxonomia Sustentável Brasileira, a incorporação de elementos de sustentabilidade ao Plano Safra, a multiplicação de recursos voltados à inovação tecnológica e a obrigatoriedade de uso de indicadores de transparência climática e ambiental no sistema financeiro e no mercado de capitais, entre tantas outras ações.

Todo esse conjunto de medidas vem produzindo efeitos sobre a atividade econômica não apenas na forma de projetos-piloto, mas de empreendimentos de escala, envolvendo dezenas de bilhões de reais por ano. Como assegurar que as diferentes comunidades sejam positivamente afetadas pelas dinâmicas de emprego e de investimentos? Como orientar a expansão das redes de ensino e de qualificação para os tipos de profissões demandadas pelas atividades em ascensão? Como garantir que a mudança geográfica e territorial das atividades econômicas possibilite equilíbrio fiscal aos diversos entes federativos nessa transição e uma dinâmica tributária que viabilize empreendimentos privados rentáveis? Ainda que se consiga avançar na mitigação das emissões, como encontrar soluções fiscais e orçamentárias para preparar o país para a adaptação à mudança climática, dadas as emissões já lançadas na atmosfera ao longo das últimas décadas?

Os capítulos a seguir ajudam a mapear esses diversos desafios e descortinar caminhos para lidar com essa transição. Os textos foram elaborados por profissionais reconhecidos em suas áreas e integrantes de instituições de ponta no país, incluindo economistas, advogados, urbanistas e gestores públicos. Eles oferecem uma contribuição muito valiosa para essa janela que se abre ao país. Se fizermos bom uso dessas ferramentas, poderemos transitar não só para uma economia de baixo carbono, mas para uma economia próspera e justa. Para um país marcado por desigualdades obscenas, discutir transição justa não é de somenos importância. Em verdade, só assim teremos uma verdadeira transformação ecológica.